



SER (é) TEMPO

A filosofia de Álvaro Vieira Pinto e o espírito de 1956

Norma CÔRTEZ

A explosão dos nacionalismos

A novidade é a explosão daquilo que se é obrigado a chamar de nacionalismos árabe ou asiático. Parece incrível falar de nacionalismos a propósito de populações que jamais constituíram, e que não constituem uma nação, que lhe ignoram as necessidades, os elementos primordiais, as idéias, os conceitos. Nem o Egito, a Índia, a Indonésia ou a Indochina são nações, quer no sentido em que as entendia Renan, quer nesse mais vago que lhes atribuímos em 1956. Nenhum ideal comum, nem mesmo uma religião.

O que une esses homens nascidos no mesmo solo (trata-se, por vezes de nômades) é a miséria constante, atroz e o ódio ao estrangeiro, ao ocupante, porque ele é rico e se outorga privilégio que não receia de conservar, ostentando orgulho e firmeza por pertencer a uma civilização superior, revelando seu desprezo por aqueles que os ingleses chamam de nativos e os franceses, indígenas.

Essas massas miseráveis e vítimas do ódio são dominadas atualmente (mas por quanto tempo ainda?) por indivíduos ora feudais, ora aventureiros, ora exaltados, que com elas têm de comum unicamente o fato de haverem nascido no mesmo território e descenderem de pais que as dominaram e exploraram durante século. Tais dirigentes, todos demagogos mais ou menos desinteressados, são verdadeiros aprendizes de feiticeiros, que não sabem como dirigir ou canalizar as forças que desencadearam essas massas espaimadas [sic] que preferem morrer por um slogan a morrer de fome.

O mais grave é que esses aprendizes de feiticeiro que não sabem pensar nem governar, gozam, presentemente, de credito maior que os estadistas europeus, do que os representantes de uma civilização que, a despeito de suas imensas falhas, permanecem superiores a todas as já conhecidas no nosso planeta.



Em 31 de dezembro de 1956, o jornal *O Globo* publicou a crônica política transcrita acima. Como é comum nos fins de ano, grande parte dessa edição foi dedicada às reportagens de retrospectiva. Sem relevância jornalística, as notícias da ocasião mereceram pouco destaque. E, salvo o atentado de um sul-americano contra a Monalisa, quase todo o jornal celebrava a vinda do ano-novo através das matérias de análise dos principais acontecimentos do período; das colunas de crítica e avaliação da cena cultural brasileira ou internacional; e (isto não poderia faltar) pela escolha da Miss Bangu como uma das dez mulheres mais elegantes do Brasil. Além de rememorar as notícias passadas, ritualizando a periódica renovação dos tempos, o jornal organizava uma seqüência de fatos, emitindo avaliações que conferiam sentido e significado históricos a cada um desses acontecimentos, como também, e principalmente, lançava apostas futuras sugerindo prognósticos benfazejos.

Na coluna de crítica literária de Antonio Olinto, por exemplo, podia-se ler a seguinte afirmativa: “Um ano e tanto, este de 56. Movimento editorial muito bom. Estréias fora do comum [...]”. E algumas linhas abaixo, sobre o lançamento de *Grande Sertão Veredas*, ele acrescentou: "Dentro de algum tempo, talvez 1956 venha a ser lembrado, entre nós, mais por esse livro, do que por qualquer outro."

Sua profecia estava certa.

Em seu conjunto, quer dizer, após a leitura de todo o jornal, conclui-se que 1956 fora um ano realmente impressionante. Desde o 1º de janeiro, data da independência do Sudão, até 02 de dezembro — quando, ao lado de 24 combatentes, Fidel Castro desembarcou em Cuba —, seus dias deram ocasião a uma nervosa seqüência de acontecimentos que decidiriam os destinos e o imaginário século XX.

Ano imediatamente seguinte ao da Conferência de Bandung, 1956 ficara marcado pela surpreendente radicalização dos movimentos de descolonização e libertação nacional; pela paulatina consolidação da ONU como arena para os jogos diplomáticos; pelas denúncias ao stalinismo; pelos corajosos escritos de Jean Paul Sartre

contra a invasão soviética à Hungria¹; pela nacionalização do Canal de Suez; e por tantos outros acontecimentos de um cenário mundial crescentemente polarizado, onde irrompiam as paixões emancipacionistas do recém chamado Terceiro Mundo. No Brasil, o ano iniciou-se com as posses de Juscelino Kubitschek e João Goulart na presidência e vice-presidência da República — quando, então, o presidente apresentou o seu Plano de Metas, cuja meta síntese era Brasília, prometendo um ritmo de aceleração econômica equivalente a cinquenta anos de desenvolvimento. Ademais, também fora o ano da inauguração do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)²; do lançamento do Romi-Isetta (um carro urbano e pequenino, mas o primeiro fabricado em território nacional); do lendário encontro entre Tom Jobim e Vinicius de Moraes, fato que logo resultou na montagem e encenação de *Orfeu da conceição - tragédia carioca*³; da estréia de Pelé no Santos Futebol Clube; da eleição de Helga Hoffman⁴ para a presidência da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); da Primeira Exposição Nacional de Arte Concreta (uma ruptura dos cânones estéticos da brasilidade modernista). E como se não bastasse o lançamento de dois importantes romances de Guimarães Rosa, foi também o ano em que seriam publicadas várias obras de João Cabral de Melo Neto — entre as quais, *Morte e Vida Severina* —; além de *Encontro Marcado*, de Fernando Sabino; *A vaca de nariz sutil*, de Campos de Carvalho; *1900 - A vida literária no Brasil*, de Brito Broca; *A educação e a crise brasileira*, de Anísio Teixeira; *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, de João Cruz Costa.

(Ocioso lembrar que esta não é uma listagem exaustiva.)

¹ Em Descolonização e lutas de libertação nacional, Maria Yedda Linhares também lembra que “Sartre foi a grande voz da consciência européia anticolonialista”. In Daniel Aarão REIS Filho; J. FERREIRA, e C. ZENHA. (org) *O século XX*. vol. 3. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2000, p 37.

² A literatura sobre o ISEB vem crescendo nos últimos tempos. Para uma visão geral do que foi produzido pelo Instituto e também sobre ele, ver o imprescindível recenseamento bibliográfico organizado por Edison BARIANI Jr. e publicado em *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Caio Navarro TOLEDO (org). Rio de Janeiro: Revan, 2005.

³ Cf. Vinicius de MORAES. Texto da capa de *Orfeu da Conceição*. Disponível em http://www.jobim.com.br/cgi-bin/clubedotom/discfr.cgi?cmd=disco&url_disco=orfeu/txtvin.html

⁴ Mais tarde, em 1963, Helga Hoffman publicou *Como planejar nosso desenvolvimento* na Coleção Cadernos do Povo Brasileiro organizada por Enio Silveira e Álvaro Vieira Pinto. Sobre sua atuação na UBES e a paralisação dos bondes do Rio de Janeiro em 1956, ver seu depoimento em *Memória do movimento estudantil*. Disponível em www.mme.org.br

Nesse mesmo ano, ainda em maio, Álvaro Vieira Pinto findou *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*, a palestra inaugural do ISEB, com as palavras que se seguem:

“Senhores, muito devemos esperar da Instituição cujas atividades hoje se iniciam. Se chegar realmente a **unificar um pensamento definido e claro sobre o que é e o que deve ser o Brasil**, se, pela força persuasiva das diretrizes que aconselhar, puder mover a inteligência dos homens das classes dirigentes, políticos, empreendedores industriais e diretores técnicos, orientando-lhes a ação no rumo da iniciativa racional, se, pela verdade intrínseca da ideologia que ajudar a construir, vier a identificar-se aos anseios das massas, terá então contribuído para **dar existência histórica a um Brasil, que até agora não ousamos senão imaginar.**”⁵



Rio de Janeiro, 14 de maio de 1956. Prédio do MEC. Conferência inaugural do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Álvaro Vieira Pinto lê ao microfone *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*.⁶

Não era a primeira vez que ele se pronunciava publicamente. Pois embora fosse um catedrático de História da Filosofia na FNFfi com formação científica variada, mas bastante sólida, tendo dedicado a maior parte de suas energias intelectuais apenas aos estudos eruditos, há tempos nutria a ambição de vincular os saberes da ciência às necessidades da vida cívica. No início dos anos 1940, Vieira Pinto manteve a coluna mensal “Estudos e pesquisas científicas” escrevendo para a revista *Cultura Política* — publicação que reunia os mais expressivos intelectuais da época⁷. Ai fez a crônica sobre

⁵ *Ideologia e desenvolvimento nacional*. (IDN) Rio de Janeiro: ISEB, (1956) 1959, 3 ed., p 45. Os grifos são meus.

⁶ Arquivo Nacional. Divisão de Fotografia, Coleção Presidência da República.

⁷ Há vários estudos sobre a revista *Cultura Política*, entre outros cf. Mônica Pimenta VELLOSO. Cultura e poder político: uma configuração campo intelectual. Lucia L. OLIVEIRA *et alii* (org). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982.

as recentes descobertas acadêmicas para “atestar o progresso das nossas ciências experimentais” e “divulgar os esforços e realizações dos cientistas brasileiros, que tanto interessam à nossa vida intelectual, à nossa segurança e ao nosso futuro.”⁸ Portanto, o convite para assumir a chefia do Departamento de Filosofia do ISEB apenas selou a maturidade de um engajamento intelectual que há anos vinha sendo cultivado.

O ISEB, porém, representava um desafio bem maior do que o envolvido no trabalho de divulgação científica. Para além de popularizar os avanços tecnológicos, aproximar os saberes acadêmicos da inteligência leiga e, principalmente, disseminar a racionalidade com atitude comum e visão de mundo, agora (digo, em 1956), tratava-se de formular uma filosofia que estabelecesse os predicados do ser nacional. Quer dizer, o problema consistia em “unificar um pensamento definido e claro sobre *o que é e o que deve ser o Brasil*”. Tal investida ontológica e normativa o conduzia a deslindar a questão contida na célebre conferência de Ernest Renan: *O que é uma nação?*⁹. Entretanto, para o isebiano, o alcance do problema ultrapassava as fronteiras teóricas, pois não se tratava somente de estabelecer formalmente um significado conceitual para a idéia de nação¹⁰. Além de proceder das massas¹¹, devendo ser dialógico e socialmente construído — por isso o trato público das idéias que se exprimia no emprego dos verbos comunicar, persuadir, mover inteligências, aconselhar etc. —, tal esforço para definir o conceito do ser nacional também enfrentava a insidiosa interpelação e os dilemas políticos inscritos naquilo que, ao fim do ano, o analista do jornal *O Globo*

⁸ Álvaro Vieira PINTO. Estudos e pesquisas científicas. *Cultura Política* (I-X), 1941, passim.

⁹ Ernest RENAN. O que é uma nação? In *Nacionalidade em questão*. M.H.ROUANET (org) Cadernos da Pós/Letras, n 19. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p 12 -43.

¹⁰ Quando assumiu a chefia do Departamento de Filosofia do ISEB, Vieira preteriu ao convite de Euryalo Canabrava para organizar uma enciclopédia brasileira de filosofia. Lamentavelmente, este projeto nunca foi realizado. Mas se isso resultou em algum prejuízo para a História das Idéias no Brasil, também confirmou a vocação pública da intelectualidade brasileira. A propósito, ver Daniel PÉCAUT. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

¹¹ IDN, p 32: “A verdade sobre a situação nacional não pode derivar de uma inspeção externa feita por um clínico social, um historiador, um sociólogo ou um político, mesmo supondo-se geniais esses homens. Essa verdade só pode ser dita pela própria massa, pois não existe fora do sentir do povo, como uma proposição abstrata, lógica e fria. Não é uma verdade enunciada *sobre* o povo, mas *pelo* povo. É função da consciência que já atingiu, e da representação que faz de seus problemas. O que compete aos sociólogos, na ordem teórica, e aos políticos, na ordem prática, é fazerem-se arautos dessa verdade, recolhê-la nas suas legítimas origens e interpretá-las com o auxílio do instrumento lógico-categorial que devem possuir, sem distorcê-la, sem violentá-la, sem mistificá-la. [...] Compreendemos, então, como se equivocam os que julgam que a consciência do desenvolvimento expressa numa ideologia, deve *vir de cima*, seja um artefato da especulação de uma elite intelectual que se pretende esclarecida, mesmo quando esta, com a melhor intenção e boa fé, imagina estar a serviço dos interesses populares.”

afirmara ter sido a novidade característica de 1956, ou seja: *a explosão dos nacionalismos*.

Éramos autêntica e verdadeiramente uma nação? Ou as aspirações do nacionalismo brasileiro fundaram-se sobre um amálgama espúrio? No Brasil, a comunhão nacional não teria sido apenas obra de retórica e engenhosidade formal? A subordinação colonial (cuja crescente percepção nos irmanava aos povos asiáticos, africanos e árabes) não teria corrompido a formação sincera do sentimento pátrio? Qual fora o princípio genuinamente constituinte (ou dissolvente) da nacionalidade?

Apesar de boa parte da tradição intelectual brasileira já ter enfrentado e resolvido indagações razoavelmente semelhantes a essas — pois incansavelmente debatera sobre a nossa psique —, convém salientar que em fins dos anos cinquenta as bases teóricas que poderiam legitimar o nacionalismo e a consciência nacional permaneciam sob suspeição. Considerando-se o movimento editorial da época, percebe-se uma nítida inclinação para publicação de estudos filosóficos, sociológicos ou ensaios históricos acerca do processo de formação do pensamento ou da ideologia nacionalista no Brasil. No entanto, tais estudos não chegaram a contribuir positivamente para a querela da *anima brasilis*. E, uma vez que examinavam a trajetória de maturação intelectual do nacionalismo brasileiro, ao invés de simplesmente sancionarem o tema do caráter nacional, assumiram uma reflexão indireta e de segunda ordem cujo objetivo crítico resultou justamente na instalação de um *topos* cognoscente capaz de repensar a brasilidade sob novas bases intelectuais.

Intérpretes e críticos da uma longa linhagem de pensadores brasileiros que ora alardeou o ufanismo¹² ora deplorou a realidade, livros como *O caráter nacional*

¹² A seguir, a crítica de AVP ao ufanismo difundido pelo livro do conde Afonso Celso: “O ufanismo é o sentimento precipitado do futuro visto sempre na forma de existência magnífica, que haveremos de ter, simplesmente por que tal é o destino que nos aguarda” [...] “É inegável, no entanto, que o livro, tornado paradigmático do ufanismo e ao qual se deve a própria palavra, exerceu em seu tempo valioso papel sociológico. Naquele período havia justificações objetivas para o seu aparecimento. [...] Cumpriu, assim, aquele livro fecundo trabalho de exaltação do nosso patriotismo, que nele se embalava. Contribuiu decisivamente, no grau máximo possível em sua época, para criar a consciência nacional. [...] Quando, porém, a marcha das modificações objetivas nos impôs os rumos que estamos agora trilhando vigorosa e definitivamente, alterou-se de tal modo o caráter da existência nacional, que a ele não mais corresponde o espírito que animava a literatura ufanista. O que naquele tempo foi valioso, é agora contraproducente. [...] Sem dúvida não nos podemos dispensar de pressentir o futuro, os tempos vindouros e até certo ponto é lícito

brasileiro: história de uma ideologia de Dante Moreira Leite (1954)¹³; *Formação e problema da cultura brasileira* (1958), de Roland Corbisier; *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro* (1959) ou *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro* (1961), essas duas últimas de Nelson Werneck Sodré — sem esquecer dos estudos monográficos de Guerreiro Ramos sobre figuras destacadas da intelectualidade no Brasil — conferiam uma tônica revisionista às análises sobre a inteligência no Brasil e principalmente sobre os conceitos de consciência e ideologia¹⁴. Com distintas colorações, todas essas obras encerravam idênticos esforços para compreender e explicar o processo de constituição da consciência nacional. Pois seus autores, cada um a seu modo, enfrentavam e resolviam as seguintes indagações: No Brasil, existe um pensamento ou uma ideologia verdadeiramente nacional? Nossa vida intelectual está suficientemente madura e emancipada para já ter formulado um *corpus* doutrinário (seja filosófico, artístico, literário, jurídico, científico etc.) com cores locais e autênticas? Ou a nossa autonomia política foi meramente formal e estamos fadados a reproduzir a ideologia do colonialismo, vivendo à sombra da imitação cultural e dos estilos intelectuais das metrópoles? Tudo é colonial, na colônia?¹⁵ Será possível escapar dessa condenação à minoridade intelectual? Quais as condições para que a

dizer que vivemos o futuro, tanto quanto o homem é um ser, por essência, projetado para o provir, que não esgota a sua realidade no ser cotidiano, mas nela inclui o futuro, enquanto projeto. Temos o direito de acreditar no advento de uma época de prosperidade, [...]. Mas é preciso que o sentimento desse futuro melhor seja acompanhado da consciência de que só o trabalho que pertinazmente empreendamos o irá realizar.” [...] “Se apenas se mantivesse no plano do devaneio, esgotando-se em ditirambos ou ardendo em exaltações patrióticas, essa atitude não espalharia os germes da sua oculta nocividade; poderia até mesmo parecer propícia, [...]. Na verdade, o espírito ufanista é modalidade de consciência de efeito paralisante. Conduz à atrofia do sentido objetivo, da observação veraz e do julgamento exato. Suspenso no êxtase da visão beatífica, [...], acaba o espírito por perder a noção da fronteira entre o atual e o futuro e, assim, transita sem perceber de um a outro. [...] O ufanismo anula no indivíduo a possibilidade da revolução. É um estado emocional beato, de absoluta complacência com a realidade.” *Consciência e realidade nacional*. (CRN) vol. I, Rio de Janeiro, ISEB, 1960, pp.367-373.

¹³ Este é um livro particularmente importante para a compreensão dos debates nacionalistas. Ele consiste numa tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia da USP e escrita sob a orientação de João Cruz Costa. Suas inscrições institucionais nos permitem escapar da cilada interpretativa que insiste em naturalizar a oposição entre a USP e o ISEB. A propósito, ver o primeiro capítulo de N. CÔRTEZ. *Esperança e Democracia. As idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

¹⁴ No ISEB, além dos acima mencionados, estes outros livros também estudaram o conceito de ideologia e/ou o mundo das idéias: Hélio Jaguaribe. *A filosofia no Brasil* (1957); Alberto Guerreiro Ramos. *Ideologia e Segurança Nacional*. (1958); Michel Debrum. *Ideologia e realidade*. (1959); e finalmente em *Consciência e realidade nacional* do próprio AVP (1960).

¹⁵ CRN, v II, p 304: " A passagem do estatuto colonial ao nacional marca o limiar a transpor para a entrada na história. É o acontecimento que assinala haver a comunidade adquirido o direito ao reconhecimento de personalidade autônoma."

intelectualidade brasileira rompa com os lugares comuns da ideologia colonial e formule um ideário nacionalista autêntico e genuíno?

Peça de retórica (mas também de argumentação teórica) no interior desse mesmo movimento de revisão crítica¹⁶, *Ideologia e desenvolvimento nacional* recomendava expressamente a adoção de uma nova atitude compreensiva diante da realidade brasileira. “Antes de mais nada, afirmou Vieira, é indispensável **alterar o ponto de vista em que se perdia a velha sociologia**, que considerando a consciência social sediada exclusivamente nas chamadas elites, as separava radicalmente das massas, as quais apareciam assim como puro inconsciente coletivo.”¹⁷

A superação dos antigos pontos de vista marcava a distancia entre duas gerações de intelectuais. Ela sinalizava para uma ruptura entre o modernismo, isto é, entre pensadores cuja sensibilidade foi temperada pelos debates acerca do caráter da brasilidade e esta outra inteligência que no pós-guerra ensaiava novos modelos e fôrmas para problematizar o real. Mas longe de consistir numa simples rixa entre antigos e modernos, a superação dos *topoi* cognitivos da tradição sociológica envolvia um claro esforço para a resignificação do ser nacional.

Com efeito, era duplo o diálogo que os isebianos estabeleciam com a geração de pensadores que os precederam. Pois além de fixarem o percurso de conformação do ideário nacionalista brasileiro, organizando os elos que os vinculavam a esse legado intelectual¹⁸, também pretendiam operar uma ruptura justamente com esse passado. Aí,

¹⁶ Em Nelson Werneck Sodré, tal atitude crítica move uma fúria intelectual arrebatadora. Eis os seus comentários sobre uma das principais obras de Oliveira Vianna: [...] “a verdade inequívoca é que não existe em *Populações Meridionais do Brasil* qualquer traço de análise fundada no exame metucioso, de propriedade no julgar, no informar e no concluir. Trata-se de uma série bem arrumada de equívocos, sem nenhum resquício de ciência, pomposamente batizado, capaz de impressionar aqueles que têm interesse em admitir que nosso desenvolvimento social e político tenha sido assim, para justificar-se a si próprios e justificar os seus rumos nestes dias que vamos vivendo. Trata-se de uma obra de fracos andaimes, de ciências da sociedade e de ciências do homem, sem nenhum método, com parca e falsa informação, tendenciosa em seus termos e principalmente em sua essência, obra que não resiste ao exame de qualquer estudioso mediano, que não escapa mesmo a uma crítica atenta, tão impregnada está de simples preconceitos, tão pontilhada de gritantes inverdades, tão viscerada de falhas insanáveis. Sua antropologia pertence ao século IX [sic]; a sociologia em que se ampara já estava em ruínas aos fins daquele século; sua história não mereceria atenção de qualquer estudioso medianamente informado nos primeiros decênios deste século. O que significa, em suma que nasceu atrasada de meio século, embora possa servir a interesses ainda vivos em nosso meio.” N. W. SODRÉ. *A ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro*. RJ: ISEB, 1961, p 217. Em *Consciência e realidade nacional*, compreendendo que há "autenticidade na alienação", AVP assume um juízo histórico mais moderado. A propósito, ver particularmente: CRN, v II, p 400 e 401.

¹⁷ IDN, p 15. O grifo é meu.

¹⁸ Embora não chegue a elaborar uma historia da filosofia, tal como fez João Cruz Costa, o isebiano sugere alguns

obviamente, não resta qualquer ambigüidade. Afinal, o gesto que retrava a trajetória histórica de uma inteligência tipicamente nacional era o mesmo em que residia a certeza da autenticidade (leia-se: maturidade) dos seus próprios esforços compreensivos. E era nesse sentido que na conferência de abertura do ISEB Vieira Pinto afirmou que a “alienação foi o traço peculiar à nossa sociedade até o presente. A consciência com que nos concebíamos sempre foi uma consciência alienada. Ora, este é o fenômeno típico, específico do ‘status’ colonial. O próprio da colônia é não possuir consciência autêntica, é ser objeto do pensamento de outrem, é comportar-se como objeto. [...] Mas quando uma comunidade nacional, até então conduzida por um espírito inautêntico, chega o momento histórico em que começa a ver-se como possível sujeito, e logo depois, como sujeito de fato, produz-se uma transformação qualitativa da consciência, de alienada em autêntica. [...] **Começando a sentir-se como sujeito, o país percebe que aquilo que até então compreendia de si não tem mais significação real, porque se aplicava a um ser que agora ele já não é mais.**”¹⁹

É importante lembrar que a singularidade da filosofia de Álvaro Vieira Pinto reside justamente nessa espécie de horizonte de expectativa livre, quando a consciência nacional — ou, para dizer em termos semelhantes aos do isebiano, o país — inicia o seu processo de emancipação, rompe com a condição colonial e se converte no protagonista do seu próprio destino. Em outras palavras, sua filosofia habita, explora e tematiza as possibilidades de uma percepção temporal que se apresenta como abertura e convite à ação. Para o isebiano, 1956 apresentava-se como atualidade indeterminada, isto é, uma ocasião aberta à prefiguração e construção do futuro (um ensejo para o projeto de ser-nação) e uma oportunidade para a superação do passado. "O presente, escreveu Vieira, é

traços para uma teoria do pensamento brasileiro (Cf., particularmente CRN, v II, p 20-21). E antes de desprezar nossa tradição intelectual, considera que “A crença na própria genialidade, no caráter de indivíduo excepcional dentro da estreiteza do ambiente, leva o pensador ingênuo ou homem de letras satisfeito com a própria futilidade a se julgar um predestinado, o único com capacidade de produzir as obras que representarão a verdadeira cultura do país. Tudo quanto fizeram os personagens reverenciados como as grandes figuras do nosso passado cultural é sumariamente demolido pela frase negadora e pelo sorriso de superioridade do talento moderno. Despreza os grandes nomes antigos porque os considera como pertencendo a fase ‘atrasada’ da nossa história. A época atual não lhe parece, evidentemente, atrasada, pois basta a presença dele para demonstrar que é uma época de muito maior adiantamento. “ CRN, v I, p 205.

¹⁹ IDN, p 25. O grifo é meu.

para a visão lúcida um campo de possibilidades aberto ao projeto existencial do homem e da comunidade. É o descortino do futuro e não o coroamento do passado."²⁰

Longe de traduzir um lugar-comum sobre a mobilidade dos tempos, tal noção de presente como indeterminabilidade conduziu o isebiano a elaborar uma das mais originais e consistentes teorias da nação e do nacionalismo brasileiro. Em outras palavras, Álvaro Vieira Pinto pertenceu a uma longa e variada estirpe de intelectuais que investigaram o ser da nação. Mas ao contrário do que foi comum a essa tradição de pensamento, consolidada pelo essencialismo inscrito nos debates sobre o chamado caráter nacional brasileiro, ele não tentou predicar substantivamente o Brasil. Antes, sua filosofia exprimiria uma peculiar autoconsciência da liberdade e dos esforços projetivos ou poéticos (entenda-se: construtivos) que deveriam fundamentar a autêntica formação do sentimento e do ser nacional.

Em 1961, quando finalmente publicou *Consciência e Realidade Nacional*, sua obra de maturidade, ele explorou teórica e teticamente²¹ os múltiplos modos de vínculo entre o mundo da consciência (entenda-se: idéias, ideologia, modos de representar, raciocinar etc..) e aquilo a que comumente chamamos de realidade. Publicado em dois volumes, *Consciência e Realidade Nacional* guarda o núcleo pulsante das reflexões filosóficas que comandaram toda a sua produção intelectual — inclusive aquela que veio só a lume muitos anos após a extinção do ISEB²². A partir de matrizes marcadamente historicistas, husserlianas e também da filosofia da existência de Martin Heidegger e de Karl Jaspers, o isebiano pôs-se a realizar uma densa ontologia do ser nacional²³. Ele tentava compreender os processos de constituição da consciência & da realidade nacional, sem,

²⁰ CRN, v II, p 33.

²¹ Trata-se de duas atitudes autorais e filosóficas distintas. A primeira se expressa em especulação, exame e reflexão analítica e a seguinte dá-se como fato, ou seja, como realização dos exercícios reflexivos e existência fenomenológica. Em outras palavras, a atitude teórica descreve as elucubrações do *cogito*, a tética instala uma consciência no mundo.

²² Na obra de todo o pensador arde um elemento profundo que alimenta suas indagações intelectuais. Em AVP, tal chama perdura até mesmo em *O conceito de tecnologia*, livro cujos manuscritos ficaram perdidos durante muitos anos e que só agora, em 2005, foram finalmente publicados pela Editora Contraponto.

²³ CRN, v. II, p 170.

entretanto, responder cabalmente às indagações “quem são os brasileiros?” ou “que país é esse?”. Dessa forma, ao invés de pré-definir uma substância anímica para a nação e os seus gentios, adotou uma atitude compreensiva cujo princípio (origem e eixo) nunca esteve nas suas meditações solitárias tão-somente²⁴. Hermenêutica²⁵, sua reflexão não quis apenas alcançar uma proposição indubitável sobre a realidade brasileira, pois pretendia fundamentalmente compreender o modo de os homens atribuírem significado e sentido às suas próprias experiências do mundo. Como contrapartida metódica de sua ontologia (uma vez que corresponde à sua teoria sobre o estatuto da realidade), esse proceder moldou o próprio formato do argumento filosófico²⁶. Escrito em desalinho e em linguagem ordinária, *Consciência e Realidade Nacional* sugere um diálogo entre duas modalidades de consciência (a consciência ingênua e a crítica) apresentando suas recíprocas auto-imagens, suas percepções a respeito do seu antagonista e, principalmente, as suas respectivas interpretações de mundo e representações da realidade brasileira. Sendo assim, e a despeito de não exibir explicitamente uma dramatização dialógica (tal como nos *Diálogos* de Platão), a obra sugeria as controvérsias e um antagonismo intelectual em que duas formas de consciência distintas (dois *logos*) e os seus respectivos modos de interpretar a realidade travavam uma acirrada disputa pela prerrogativa de definir o que a nação é e deve ser.

Sem ser um estilo gratuito, tal *modus operandi* sustentava uma noção precisa de

²⁴ CRN, v II, p 302: " Em verdade, o que a categoria de nacionalidade significa é que a consciência do mundo não pode ser individual. Ninguém vê a realidade como observador solitário e desinteressado. Ao produzir a minha percepção das coisas não a posso sustentar em mim só. Preciso que os outros pensem como eu penso, e por isso aceito como natural e desejável que se estabeleçam divisões no convívio humano, ficando muitos homens em posição próxima e comum à minha, distinta do restante. Este modo de ser é existencial e inevitável. Não me é possível ver o mundo sozinho, porque se tal acontecesse, minha compreensão seria indeterminada, sem critérios de verdade, sem confirmação; preciso que outros vejam como eu vejo."

²⁵ Hermenêutica é a arte de compreender, interpretar e traduzir o sentido “exato” do um texto. A palavra alude a Hermes, divindade grega que mantinha a comunicação entre o Olimpo e os mortais traduzindo a linguagem dos deuses para o mundo dos homens e vice-versa. Segundo Richard Palmer, ela possui três significados: dizer/anunciar; explicar; traduzir. Mas em qualquer dessas acepções trata-se de um esforço para transferir uma mensagem e estabelecer comunicação entre dois *logos*, mundos, planos ou domínios. Em outras palavras, trata-se de estabelecer mediação entre duas racionalidades distintas; vincular o presente ao passado; verter um idioma para outro; relacionar o divino com o humano etc. Richard E. PALMER. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1999.

²⁶ Há vários níveis de implicação nesse entendimento. Teoricamente, trata-se de uma ontologia que compreende a realidade como processo histórico e operação construtiva; metodicamente, consiste num esforço compreensivo e hermenêutico; e politicamente, denota uma visão democrática e dialógica do mundo. Esses aspectos da filosofia de AVP foram mais explorados em N. CÔRTEZ. Álvaro Vieira Pinto: a realidade como construção dialógica e temporal. *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*. UNESP, vol. 28, jul/dez 2005, p 119-131.

realidade, definindo-a como um construto social, conflituoso e dialógico²⁷. Daí que longe de consistir num ente inclusivo ou anteposto diante de nós, para Vieira Pinto, aquilo a que chamamos de real encerra um processo relacional e intersubjetivo através do qual os homens constituem, definem e fixam a objetividade do mundo. E foi por essa razão teórica que ele, ao invés de analisar as propriedades ônticas de um ser que se lhe exibiria como um fenômeno já dado — arriscando-se a coisificar a realidade nacional —, quis investigar o próprio comércio dialógico em que as várias modalidades de consciência compreendiam, constituíam e competiam pela prerrogativa de estabelecer a realidade e o ser da nação.

Para tanto, o isebiano elaborou uma longa e detalhada fenomenologia das características mentais e comportamentais da consciência ingênua²⁸. E expondo seus padrões de raciocínio, fez uma devastadora crítica ao essencialismo monotemático que identificou como um de seus traços mais importantes. E então descreveu:

“Uma variante desta modalidade de consciência ocorre em alguns publicistas, que, em suas análises da realidade nacional, fixam uma idéia como principal e em torno dela fazem girar todas as considerações. Não chegam muitas vezes a elevá-la a condição de problema e a elaborar-lhe o enunciado em minúcias, mas apenas se mantém na reiteração constante de tal idéia, que se afigura a esses espíritos simples como o ponto de vista a partir do qual é conveniente abranger toda a realidade brasileira. Assim, por exemplo, a alguns aparece como decisiva a idéia de raça: devemos ter sempre na lembrança não sermos uma raça pura, portadora de uniformidade de espírito e de hábitos, que facilitaria nossa afirmação como povo. A mistura de raças marcou o nosso destino embora não haja conflitos entre alas, trazem contribuições de desigual valor enquanto fatores de progresso; a miscigenação é portanto causa retardadora da nossa evolução, pela qual se explica em grande parte o atraso em que nos

²⁷ CRN, v I, p 190 : “O pensamento crítico da realidade nacional não afirma nenhuma proposição como verdade *a priori*, descoberta pela reflexão pessoal, auto-suficiente, antes sustenta que a verdade é um valor social, exige a participação do outro, que a deve aceitar mediante condições que lhe sejam próprias, do contrário não passaria de lucubrações solipsistas. [...], portanto, preciso do outro para ‘com-instituir’, quer dizer, instituir conjuntamente com ele, a verdade do que conheço, por outro lado, não posso dar por suposto que o processo de percepção da consciência alheia seja idêntico ao meu [...]. Logo, a consciência crítica só é capaz de formular a sua verdade na base da comunicação social. Quando esta não existe quebram-se os suportes do pensar lógico, ficando o homem à mercê das impressões e intuições emocionais.”

²⁸ A consciência ingênua caracteriza-se por sua menoridade intelectual. Descrita no primeiro volume de CRN, a fenomenologia dos seus trinta e três traços mentais e comportamentais resumem um modo-de-ser socialmente imaturo e uma cândida inabilidade para articular de forma autônoma e emancipada qualquer visão de mundo ou representação da realidade (nacional) que seja verdadeiramente livre, autêntica e própria.

encontramos. Outros elegem o clima tropical como idéia obsessiva, de que fazem depender todas as dificuldades com que nos defrontamos. Outros, a alma ou o caráter do povo, de que aliás não têm opinião muito favorável, nele encontrando a raiz de quase todas as nossas deficiências. Alguns chegam até a acusar a imensidade territorial como se fosse um mal de que padecêssemos e de que pagaremos indefinidamente as desastrosas conseqüências. É inútil prosseguir no inventário de tais simploriedades, que não as esgotaria, e na verdade não desperta maior interesse, pois importa menos saber quais são, do que definir a modalidade de consciência que as escolhe e interpreta. Toda vez que deparamos com explicações do conjunto da realidade nacional a partir de uma só idéia, seja qual for, podemos ter a certeza de estarmos em presença de uma manifestação de ingenuidade.”²⁹

Além de inaugurar um novo eixo de inquietações para as controvérsias nacionalistas, essa crítica indicava uma outra visada acerca do ser nacional. Pois seu princípio arquetipo não estava em qualquer elemento fisionômico, ou seja, nem na língua, no catolicismo, no legado bragantino e imperial, sequer no sertão profundo, na vocação centrífuga e idiótica da economia latifundiária, na sensual mistura das raças, na desigualdade regional ou mesmo na cordialidade dissimulada. Para Vieira, o ser da nação não era um fato já dado, mas sim um vir-a-ser, já que descortinava a liberdade das ações futuras. Assim sendo, ele escreveu: apenas...

“para a mentalidade ingênua a nação é coisa que ‘já existe’, e precisamente existe enquanto coisa. Está feita, sua realidade é completa, ainda admitindo-se que sofra modificações ao longo da história. É o berço material e espiritual onde fomos depositados pelo destino, e por isso nos precede, sendo o terreno que nos é oferecido para nele exercer a nossa operosidade. O essencial desta crença é a acentuação, em sentido ingênuo do ‘fato’ da nação; esta nos precede, é um ‘fato’ porque está ‘feita’, acabada na sua realidade presente, embora, não terminada na existência temporal. [...] Ora, o que a consciência crítica desvendará é exatamente o oposto: é a minha atividade que torna possível a existência da nação. Esta não precede a minha ação, mas sucede dela.”³⁰

É particularmente difícil precisar as matrizes filosóficas dessa idéia de nação como projeto e ser futuro. Afinal, o filósofo — deliberadamente e cumprindo a tese

²⁹ CRN, v I, p 264.

³⁰ CRN, v II, p 199.

husserliana de *voltar às coisas elas mesmas* — suprimiu todas as referências às inclinações intelectuais dos seus escritos³¹. Não obstante, apesar de impreciso, são notáveis as semelhanças entre esse entendimento e os de Ernest Renan ou Ortega y Gasset — além do perceptível e poderoso rastro deixado pela ontologia de Heidegger. No primeiro caso, a proximidade se verifica porque, tal como para o pensador francês, a nação consiste numa comunidade de sentimentos (que se expressa numa consciência moral) cujo princípio de solidariedade precisa ser inequívoca e constantemente atualizado numa espécie de rito plebiscitário cotidiano. Com efeito, a vitalidade da comunidade nacional, sem derivar da espontaneidade da natureza, depende exclusivamente de esforços permanentes que, alcançando consensos mínimos, mantêm acesos os vínculos da vida em comum³². Em chave bastante semelhante, Vieira Pinto escreveu:

Porque o dilema entre nacionalismo e não-nacionalismo é de caráter ontológico, diz respeito ao ser da nação, a qual deve permanentemente reafirmar-se sob pena de desintegrar-se, pois a nação não é ‘coisa’, existente e estabelecida de uma vez por todas, ao abrigo de alterações temporais, mas ‘processo’, que exige contínua instituição dos fatores que a sustentam no curso das suas inevitáveis modificações. A nação é um gesto de auto-afirmação, que tem de ser todos os dias praticado pelo povo, para merecer a recompensa do prosseguimento.³³

³¹ Em CRN, a total supressão de citações, adornos técnicos e o uso da linguagem ordinária foram baseados numa complexa série de outras razões teóricas e téticas. Mas, além disso, as críticas à pomposidade do intelectualismo também o levavam a descartar a adoção dos jargões acadêmicos. Nesse sentido, ele escreveu: "O intelectual semicolonial que produz para exibir o que julga saber, é invariavelmente um misto de estudioso e charlatão. [...] Tem necessariamente que exibir mais do que de fato adquiriu, e dessa maneira envereda sempre por algumas modalidades de charlatanismo. [...] Nas obras que elabora para o deslumbramento interno derrama-se em citações de autores estrangeiros quase sempre no original. Observa-se aqui a necessidade de demonstrar publicamente o conhecimento dos idiomas sagrados da cultura, a fim de não ser acusado de compulsar material de segunda mão. [...] Para isso é indispensável citar os filósofos alemães modernos e contemporâneos no original, sem evidentemente a menor concessão ao vulgo, por conseguinte sem descer à lisonja popular de traduzi-los." [E, diversamente, quanto a sua própria filosofia] "... as coisas que agora tem interesse em dizer são simples, diretas, exprimem a verdade dos fatos, que são de todos e, naturalmente, devem ser transmitidas em linguagem usual, acessível a qualquer um." CRN, v I, p 197 - 210.

³² " Uma nação é pois uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizemos e daquele que ainda estamos dispostos a fazer. Ela supõe um passado; resume-se, porém, no presente, por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum. [...] Resumindo, Senhores. O homem não é escravo de sua raça, de sua língua, nem de sua religião, nem do curso dos grandes rios, nem da direção das cadeias das montanhas. Uma grande agregação de homens, de espírito são e coração caloroso, cria uma consciência moral que se chama nação." E RENAN. op. cit, p 40 - 43. Sobre a importância da memória e principalmente do esquecimento histórico na constituição da consciência nacional, cf. (além do clássico texto de Renan): Benedict ANDERSON. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Revised Edition, London and New York: Verso, 1991.

³³ CRN. vol. II, p 316.

Quanto ao pensador espanhol, o isebiano também compartilhou de suas idéias porque ambos, em estreita proximidade à filosofia de Heidegger³⁴, assinalavam um decisivo acento futural como característica constituinte do ser e do sentimento nacional³⁵. E nesse sentido, ele afirmou:

"A nação não existe como fato, mas como projeto. Não é o que no presente a comunidade é, mas o que pretende ser, entendendo-se a palavra 'pretende' em sentido literal, como 'pre-tender', 'tender antecipado' para um estado real, e não no sentido de imaginário pretender, na antecipação de querer passar por aquilo que não é. [...] A comunidade constitui a nação ao 'pretender ser', porque é assim que a constitui no projeto de onde deriva a atividade criadora, o trabalho. A nação resulta, pois, de um projeto da comunidade, posto em execução sob a forma de trabalho. A nação está sempre adiante do presente, o qual não é, como ingenuamente se pensaria, momento perfeito da existência da nação, mas condição para essa existência. **Não se tem de entender o presente em sentido cronológico, enquanto inevitável passagem para o futuro; mas em sentido ontológico, como fundamento do projeto de ser.** A nação está sempre adiante, consiste no projeto que formamos de fazê-la. Não é um ser, e sim um mais-ser, porque só é o estado presente da realidade quando vemos na perspectiva da sua transformação no estado futuro, quando consideramos portanto como acrescentado ao 'ser' atual o seu imediato 'ir-ser'. **A nação não é um dado do conhecimento intelectual, mas uma decisão da vontade social.**"³⁶

Convém não confundir a antecipação projetiva da consciência com qualquer

³⁴ Sobre a proximidade entre Heidegger e Ortega, cf. entre outros: Francisco Gil VILLEGAS. *Los profetas y el mesías. Lukács y Ortega como precursores de Heidegger en el zeitgeist de la modernidad (1900 - 1929)*. México, Fondo de Cultura, Colegio de México, 1996. Antonio Regalado GARCIA. *El laberinto de la razón: Ortega y Heidegger*. Madrid, Alianza, 1990.

³⁵ Embora Vieira estivesse convencido da originalidade da sua interpretação do conceito heideggeriano de *ser no mundo* (cf. CRN, v II, p 29), a compreensão de mundo como nação não é inédita no interior da tradição filosófica a qual ele pertencia. Ao colorir a filosofia da existência com as tintas do nacionalismo, ele conduziu sua abordagem de acordo com preceitos já conhecidos e rigorosamente compatíveis com as matrizes de suas idéias. Em Ortega y Gasset (cujas fontes intelectuais são as mesmas de AVP) também se encontra a idéia de mundo como nação e esta como projeto de ser. O isebiano, portanto, não difere do que, em 1920, Ortega y Gasset já havia dito: "El filólogo es quien necesita para ser filólogo que, ante todo, exista un pasado; pero la nación, antes de poseer un pasado común, tuvo que crear esta comunidade, y antes de crearla tuvo que soñarla, que querela, que proyectarla. Y basta que tenga el proyecto de sí misma para que la nación exista, aunque no se logre, aunque fracase la ejecución, como há pasado tantas veces. [...] Com los pueblos de Centro y Sudamérica tiene España un pasado común, raza común, lenguaje común, y, sin embargo, no forma con ellos una nación. Porque? Falta solo una cosa, que por lo visto es la esencial: el futuro común." Ortega Y Gasset, *La rebelión de las masas*. Madrid: Revista de Occidente, 1945, p 242.

³⁶ CRN, v II, p 199. Os grifos são meus.

ímpeto voluntarista ou puramente imaginativo. Em Vieira Pinto, o projeto de ser da comunidade nacional não era uma conjectura sobre cenários possíveis ou a projeção de mundos utópicos e virtuais. Gerado pela observação crítica da realidade — eis a razão de a fenomenologia ter exaustivamente descrito o mundo ordinário³⁷ — o projeto de ser da nação explorava a liberdade dada pela mobilidade histórica. Ele não era uma cosmogonia fundadora de realidades, mas ideologia. Quer dizer, um *corpus* de idéias que exprimindo a autoconsciência sobre os e dos conflitos nacionais preconizava a abertura de um horizonte de expectativa futural para a nação³⁸.

Ademais, também não se deve pensar que a filosofia de Vieira definisse um elenco qualquer de proposições ou ações governamentais³⁹. Ele não planejou metas públicas, mas insistia firmemente na necessidade de uma atitude projetiva e otimista face à realidade nacional. Em outras palavras, a idéia de nação como vir-a-ser ou projeto-de-ser encerrava uma propensão à futuridade e uma premonição esperançosa. E sem que fixasse conclusivamente o dever ser ou o quê fazer, reclamava pela liberdade necessária tanto para as ações criadoras quanto para os esforços de compreensão e inteligibilidade dessa mesmíssima realidade que seria então conflituosa e polilogicamente construída. "O projeto existencial, escreveu Vieira, supõe a capacidade do agente de produzir atos livres, ou seja, libertadores e a disponibilidade da ação a receber um sentido."⁴⁰

Esse último aspecto era decisivo para compreensão da futuridade do ser da nação. Em verdade, a indeterminação do caráter nacional repousava sobre idéia de projeto sem que ai houvesse mero postergamento da sua definição identitária. Mais do que adiar a fixação do seu ser, a idéia de projeto dissolvia o dualismo cartesiano ou os apriorismos da razão tecnológico-científica que polarizavam consciência e realidade e, em contrapartida, enfatizava o caráter socialmente construtivo, isto é, interpretativo do

³⁷ CRN, v I, p 90: "Sabendo-se variável, expressão de uma conjuntura histórica, a consciência crítica procede a permanente investigação de seus determinantes materiais e se constitui, por isso mesmo, em consciência adequada a promover a ideologia do desenvolvimento nacional."

³⁸ CRN, v II, p 40: " Todo objeto remete a um futuro objeto ou, generalizando, o país de hoje remete ao país que existirá amanhã. Se fosse anulado o conceito de virtualidade, a consciência cairia na submissão ao dado"

³⁹ Cf. CRN, v II, p 432.

⁴⁰ CRN, v I, p 339.

real⁴¹. Em outras palavras, a idéia de nação como projeto enlaçou num único feixe as dimensões do ser e do pensar. E rejeitando a concepção de nacionalidade como substancialidade natural também postulou que o seu significado identitário residiria num permanente conflito de interpretações⁴² cujas estratégias dialogais (os esforços hermenêuticos que os homens compartilham para compreender o real) instalavam um contrato ontológico que fundamentava a certeza e o reconhecimento sobre a chamada objetividade do mundo, ou seja, constituía a realidade da nação.

“Há indubitavelmente uma nova consciência em ascensão no seio da sociedade brasileira, mas, não sendo ainda dominante luta por se definir a si própria e refutar os modelos de pensar precedentes. Vivemos um período em que diferentes configurações de idéias, representando cada qual um modo de compreensão da realidade, combatem pelo direito de serem reconhecidas como legítimas e de assumirem a direção política do processo nacional. [...] Trava-se, assim, uma luta entre modos de pensar representativos de atitudes e de interesses antagônicos no interior da mesma comunidade, luta que tende a se tornar particularmente aguda, no caso da sociedade brasileira.”⁴³

“Atravessamos o limiar de uma época, sendo a situação presente ainda em grande parte confusa, e para muitos incompreensível, porque coexistem no mesmo espaço nacional duas consciências distintas, exprimindo em linguagens diferentes o seu modo de pensar.”⁴⁴

⁴¹ Na conferência de 1956, *Ideologia e desenvolvimento nacional*, esta concepção de realidade já esta inteiramente esboçada. Então, o filósofo afirmou: " o homem que possui uma idéia é ao mesmo tempo um homem possuído por um idéia. No momento em que se delineia claramente em seu espírito a representação de certo fato ou situação, com a consciencia de suas determinantes e a perspectiva de suas consequências, passa ele necessariamente a agir em função dessa representação. Desse modo, a idéia deixa de ser tida como dado abstrato, para ser considerada como realidade eminentemente social." (IDN, p 17) [...] "a realidade só existe quando interpretada. Não há dados puros, não há fatos em si. Todo o dado e todo o fato só é tal no contexto de um discurso interpretativo [...]" (IDN, p 25)

⁴² CRN, v II, p 379: No plano da subjetividade há na verdade uma luta de consciências, travada em torno do direito de interpretação. Não se trata, é claro, de direito abstrato, o de praticar mero exercício lógico; a luta pelo reconhecimento do poder de interpretação expressa no plano da consciência o direito que a nação subordinada exige, de reger as próprias forças econômicas. Tal direito se consubstancia na capacidade de interpretar os fatos em que se vê envolvida, segundo o critério que lhe convém. O que a consciência da nação pobre exige é que lhe reconheçam esse direito: o de apresentar-se como pensamento de homens pertencentes a um contexto subdesenvolvido, mas já suficientemente senhores de um projeto de destino independente, em razão do qual se consideram capacitados a emitir sobre si e sobre os outros julgamentos originais dotados de verdade para si.

CRN, v II, p 411: A cessão do direito de interpretar a realidade representa a mais difícil das capitulações a que é forçada a consciência da nação dominante. [...] Reconhecer a maioria cultural dos povos atrasados é a ultima das concessões, e portanto das derrotas, da consciência metropolitana, porque sela o atestado de igualdade histórica, que a crescente emancipação econômica, por si só, ainda não representa. [...] É, na verdade, a regalia de interpretar a história [o] que está em jogo.

⁴³ CRN, v I, p 12.

⁴⁴ CRN, v I, p 136.

Tal situação dialógica e conflituosa, portanto, constituiria simultânea e mutuamente tanto as (trans)formações da consciência quanto a tessitura da própria realidade nacional. E nesse sentido, finalmente, ele também afirmou:

“Descobrimos, assim, em que consiste o significado mais geral da categoria de nacionalidade: não é a coloração da consciência pelo sentimento nativista, mas a certeza, conquistada por força das transformações objetivas que operou, de possuir capacidade de conferir sentido, por si própria, às coisas e relações que lhe dizem respeito [...] Conferir significado às coisas, fatos e relações, é um poder que só a nação totalmente independente possui.”⁴⁵

Muito bem. Ao desembaraçar-se do essencialismo acerca da brasilidade que notabilizou a geração modernista e a tradição do pensamento brasileiro, Álvaro Vieira Pinto também se aproximou, imprevista e involuntariamente, de outros movimentos intelectuais ou artísticos seus contemporâneos, cujos campos e temáticas, porém, eram bem distintos dos debates nacionalistas travados pelo ISEB. Na medida em que renunciou à arrogante pretensão solipsista de capturar “A” realidade nacional ou de estabelecer apodicticamente os predicados para a nação — pois compreendeu que a “fisionomia brasileira” não se exibia à sua consciência filosófica como um repertório fixo de imaginações ou imagens decalcáveis —, o iseiano aliou-se ao mesmo ânimo intelectual que, difusa, mas “ex-centricamente” (i.é: sem um centro propagador), grassava em várias outras importantes manifestações culturais nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil.

Apesar de inexistir vínculos orgânicos ou institucionais explícitos, uma variada gama de artistas plásticos, arquitetos, músicos, críticos, pensadores sociais, poetas, ficcionistas, filósofos etc. dos anos cinquenta compartilhou tacitamente de uma sutil afinidade acerca do estatuto poético e construtivo de suas próprias obras. Por diversas razões e em seus respectivos e distintos campos de atuação, muitos desses criadores renunciaram às

⁴⁵ CRN, v II, p 405.

propriedades miméticas da arte ou às habilidades representacionais⁴⁶ de suas investidas cognitivas; e igualmente compreenderam que os seus esforços artísticos ou intelectuais encerravam gestos constitutivos da realidade e/ou inventivos dos entes e haveres do mundo. Em outras palavras, **durante as décadas de 1950 e 1960, a sociedade brasileira assistiu ao florescer de uma constelação intelectual excêntrica que se celebrizou por desnaturalizar os seus próprios esforços, idiomas ou artifícios de compreensão e representação do real. E ademais, a despeito da sua excentricidade, esta constelação de criadores “anti-realistas” tanto renunciou ao estatuto referencial das linguagens empregadas em suas respectivas obras quanto, sobretudo, conferiu o mesmo *pathos* pré-lógico, ante-racional, lúdico, não-funcional, arrítmico ou dissonante aos seus diferentes recursos idiomáticos⁴⁷.**

Este não foi um fenômeno típica ou exclusivamente brasileiro. Deve-se lembrar que desde fins do século XIX, a inteligência européia esteve às voltas com uma consistente crítica às certezas kantianas e uma séria suspeita acerca das habilidades representacionais da consciência — o que os conduziu a paulatinamente abandonar a indagação de cariz epistemológico (como é possível o conhecimento?) em favor de outras explorações teóricas que investigaram a dinâmica do signo e dos jogos da linguagem⁴⁸. Espécie de crise da idéia de representação mental do mundo, esta sensibilidade resolutamente moderna atravessou vários campos culturais, indistintamente. Nos domínios da Filosofia, tal fato traduziu-se num vigoroso questionamento acerca da possibilidade de a razão representar o real — a

⁴⁶ Como se sabe, a noção de representação guarda várias acepções (teatral/a encenação; filosófica/a imagem concebida do mundo; jurídica/a transferência de atribuições; política/ a delegação de poderes etc...) Grosso modo, todas podem ser reduzidas à seguinte idéia: ela indica uma correspondência entre um ente qualquer e o gesto ou efeito de o exibir e fazê-lo presente. Indiretamente e por meios interpostos, os atos representacionais presentificam e re-apresentam algo ou alguém a que se referem.

⁴⁷ Inscritas em diferentes domínios da cultura, seus recursos expressivos foram múltiplos e desiguais, manifestando-se como Idéia (conceitos, teorias); Palavra (prosa, poesia, dramaturgia); Imagem (artes plásticas, arquitetura); Som (música, ópera) etc...

⁴⁸ “Por muitas razões, artistas, cientistas e filósofos começam a duvidar. Mas, se muitos deles rejeitam como ilusória a pretensão que nossas linguagens têm de dizer o verdadeiro, eles se apaixonam, em contrapartida, pelos próprios signos — que, perdendo a transparência, ganham mistério. O mesmo ocorre com o mecanismo da representação — que se torna, em poucos anos, objeto das reflexões mais subversivas.” Christian Delacampagne. *Historia da filosofia no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p 12.

fenomenologia de Husserl, na medida em que postulou um novo tipo de cópula entre consciência & realidade manifestava uma das mais expressivas formulações dessa crise. Fora os domínios da arte moderna, onde a renúncia à estética naturalista foi particularmente marcante⁴⁹, diversos outros campos da cultura também romperam com a ontologia realista inscrita na ambição representacional. Na Física: eis o relativismo de Einstein (“*A realidade é só uma ilusão*”), ou a física quântica com o princípio da indeterminação de Werner Heisenberg e o princípio da complementariedade, de Niels Bohr. Na Matemática, a crise da Geometria e da Aritmética provocada pelas formulações sobre os números irracionais. Nos domínios da música, a quebra da seqüência melódica tonal e a dodecafonía. Na literatura, as obras de Kafka ou, dentre tantos outros, a profusão heteronímica de Fernando Pessoa. Na Psicologia, depois de Freud, a fragmentação da consciência e a conseqüente ruptura da unidade do *cogito*. Sem esquecer da antropologia de Johan Huizinga que, valorizando o *homo ludens*, reduziu nossas idealizações sobre o *homo sapiens*. Além, é claro, da lingüística de Wittgenstein, e de sua noção de jogos de linguagem, como também da ontologia e Heidegger — ambos igualmente contrários às pretensões kantianas de fundamentar filosófica ou cientificamente as nossas certezas sobre o mundo como também inclinados a analisar o universo da linguagem ordinária ou poética.

No Brasil, esta mesma crise da representação apareceu com os ares da democracia, ou seja, com a paz assegurada pelo fim da longa Grande Guerra e também do Estado Novo. De certa forma, suas concepções anti-miméticas misturaram-se com as aspirações igualitárias, social e esteticamente despojadas que passaram a vigorar nos chamados anos dourados (e nesse sentido, a simplicidade das personalidades nada hieráticas de JK e de Jango foi bastante significativa).

Vale a pena assinalar a generalização do ímpeto disruptivo que assaltou a muitas das criações e obras desse período. Além da projeção da *novacap*, Brasília — cidade de aparência arrojadamente futurista que recusava, portanto, qualquer similitude com os modelos arquitetônicos passados —, as artes plásticas, a poesia e a prosa, a música e,

⁴⁹ Cf. Maria Luiza Falabella. *Da mimesis à abstração*. Rio de Janeiro: Elo, 1997.

finalmente, a filosofia igualmente concorria para romper com os cânones modernistas (ultra)passados.

Se a rejeição à arte figurativa e a ruptura com o compromisso da ilusão visual dada pela tridimensionalidade apareceu claramente nos *Manifestos Ruptura e Neoconcreto* — nesse último, a obra de arte não é mero simulacro de um ente do mundo, mas se tornou "hiper-real" (eis a teoria do não-objeto de Ferreira Gullar⁵⁰) —, também na vida literária (refiro-me, por exemplo, às obras de Guimarães Rosa ou ao *non sense* debochado da ficção de Campos de Carvalho), os experimentos da prosa e os efeitos de ficcionalização do mundo ou da linguagem atingiram um grau de dicção formal quase poética (dada numa sonoridade desmesuradamente ordinária, mas nada prosaica) que esgarçou o estatuto referencial das palavras e se opôs aos padrões de verossimilhança do realismo literário. Além disso, na música popular, a bossa nova não apenas rompeu com a “naturalidade” da seqüência melódica tonal como também, e principalmente, ultrapassou a dicotomia entre cultura popular e erudita. A peça mais significativa desse *espírito* (que aliava simplicidade e despojamento estético com rejeição à canônica da representação naturalista) foi a ópera pop *Orfeu da Conceição*, que em 1956 reuniu os talentos criativos de Tom Jobim e Vinicius de Moraes levando o *mithos* trágico clássico para a favela carioca⁵¹. A um só tempo simples e sofisticada — misturando temas poéticos populares, ingênuos e quase pueris, com uma estrutura rítmica e harmônica inusual aos ouvidos comuns —, o movimento da bossa nova encontrou solução para um dos mais perturbadores limites dessa estética não naturalista. Afinal, a despeito de seus acentos debussyanos e jazzísticos, conseguiu alcançar ao público leigo e, portanto,

⁵⁰ O estatuto não representacional da estética construtivista aparece em Ferreira GULLAR. “Diálogo sobre o Não-Objeto” e “Teoria do Não-Objeto”. Ambos disponíveis em www.uol.com.br/ferreiragullar.

⁵¹ *Orfeu da Conceição* estreou no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1956, ficando em cartaz durante uma semana. Uma nova temporada de um mês foi depois realizada, desta vez no Teatro República. A peça teve cenários de Oscar Niemeyer e cartazes de Djanira, Carlos Scliar, Raimundo Nogueira (que fez também a capa do disco), e Luís Ventura. A direção foi de Leo Jusi; e no elenco estavam: Haroldo Costa (Orfeu), Dirce Paiva (Eurídice), Léa Garcia (Mira), Cyro Monteiro, Abdias Nascimento no papel de Aristeu (mais tarde substituído pelo único branco do elenco, Chico Feitosa, que entrou em cena com o rosto pintado de preto), Pérola Negra, Waldir Maia, e Adhemar Ferreira da Silva, o campeão olímpico do salto tríplice.

Tom escreveu os arranjos para a orquestra, que na peça foi regida por Leo Peracchi. A tria sonora, com Luiz Bonfá no violão e Tom Jobim ao piano, foi lançada em disco médio de 10 polegadas. Em seu Lado I: Overture Orquestra sob a regência de Antonio Carlos Jobim / Monólogo de Orfeu dito por Vinicius de Moraes ao violão: Luiz Bonfá. E no Lado II: Sambas Um nome de mulher / Se todos fossem iguais a você / Mulher, sempre mulher / Eu e o meu amor / Lamento no morro. Em outubro de 2006, o CD comemorativo dos 50 anos da ópera foi relançado pela EMI.

realizou a mais cara ambição de divulgação e popularização que também estava presente tanto nos apelos lúdicos e sensoriais das peças de Lygia Clark quanto na vivência filosófica pré-teórica que *Consciência e Realidade Nacional*, a longa obra de Álvaro Vieira Pinto, pretendia oferecer ao leitor ordinário⁵².

Essa obra do isebiano alcançou baixíssima popularidade e não conheceu a boa fortuna crítica que brindou a nova bossa musical. No entanto, seu autor foi partícipe atento da mesma excêntrica constelação intelectual que, indeliberadamente, irmanou muitas dessas manifestações da cultura e da inteligência brasileira nos anos 1950 e 1960. Ao indagar pelos esforços intersubjetivos⁵³, conflituosos e dialogais que os homens realizam para fixar e estabelecer a objetividade do mundo, sua filosofia tornou-se indiferente às representações essencialistas da brasilidade e, sem querer definir o ser nacional, deu-nos condições conceituais e teóricas para a superação de polarizações entre objetividade e subjetividade; consciência e realidade; raça e cultura, sociedade e indivíduo; literatura e sociedade; nacionalismo e cosmopolitismo; consciência ingênua e crítica, popular e erudito etc... Em outras palavras, Vieira Pinto não definiu o ser do Brasil, mas diante da *explosão dos nacionalismos*, deixou-nos um legado filosófico que questionava a naturalização simplória da realidade nacional⁵⁴.

⁵² Este ponto foi mais explorado em N. Côrtes. Anti-mímesis. Despojamento, diálogo, democracia. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 30, 2002, pp. 91-109.

⁵³ Em Husserl, a idéia de intersubjetividade aparece nas *Meditações Cartesianas* (§ 68) Com brevidade e sob o aspecto que aqui interessa, ela traduz a seguinte concepção: " O mundo não é minha representação, ele é nosso mundo, ou enquanto mediatiza os intercâmbios entre os sujeitos, um intermundo, como designará Merleau-Ponty" André DARTIGUES. *O que é a fenomenologia?* São Paulo: Moraes, 1992, p 62.

⁵⁴ [...] "a realidade só existe quando interpretada. Não há dados puros, não há fatos em si. Todo o dado e todo o fato só é tal no contexto de um discurso interpretativo [...]" (IDN, p 25)

SER (é) TEMPO. A filosofia de Álvaro Vieira Pinto e o espírito de 1956

Artigo publicado em BOTELHO, A., BASTOS, E. R. e VILLAS BÔAS, G.: *O moderno em questão. A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p.103-133. (ISBN 978-85-7475-151-1)

Dados sobre a autora: Norma Côrtes, historiadora. Professora de Teoria e Metodologia da História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autora de *Esperança e Democracia. As idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

Credito das imagens da primeira folha:

1. *Manifesto Ruptura*. Imagem disponível em <http://www.artbr.com.br/casa/ruptura/ruptura.gif>
2. Traços de Oscar Niemeyer. Imagem disponível em <http://www.geocities.com/Athens/Olympus/3583/brasilgia.gif>
3. Romi-isetta. Imagem disponível em <http://inventabrasilnet.t5.com.br/romiseta.jpg>
4. Capa do disco *Orfeu da Conceição*. Imagem disponível em <http://www.bossa.net/OrfeuDaConceicao.jpg>
5. Fotografia de Álvaro Vieira Pinto. Arquivo Nacional. *Correio da Manhã*. PH/FOT/38924.